



À Seção de Licitações,

PARECER JURÍDICO Nº 55/2018/DLC/SNJ

1.1 Trata-se de solicitação de parecer jurídico encaminhada pela Pregoeira Oficial Sra. Renata Aparecida Natal Zago, sobre “a impugnação apresentada pela empresa Strongfer Ind. e Com. De Produtos Eireli”, às fls. 113/118, do Pregão Presencial 34/2018.

1.2 A empresa Strongfer impugna o pregão alegando o seguinte: “ (...) Na página 02 do edital ora impugnado, item “1.3” do edital, tiramos: “A comprovação de possuir Certificação ABNT NBR 16071 CE PLG INNAC exigido no item nº 01 do anexo I deverá ser realizada no momento da entrega do objeto”. Ainda, do anexo I do edital em questão, no descritivo do produto licitado, tiramos: “O produto deverá possuir certificação ABNT NBR 16071 CE PLG INNAC – Requisitos de Segurança e Métodos de Ensaio do Fabricante”. Uma licitação não pode determinar a apresentação de certificado de conformidade de produtos com as normas técnicas da ABNT/NBR, de determinados produtos licitados. Não pode nem mesmo determinar que se apresente tal certificado dos equipamentos licitados. (...)”

1.3 Além disso, a Secretaria requisitante se manifestou a respeito da Impugnação do licitante, justificando que “(...) por se tratar de um playground com utilização elevada (altura), com múltiplos brinquedos e de grandes proporções (tamanho), julgou ser necessário se amparar na referida Norma Técnica, haja vista que fundamenta sobre “Requisitos de Segurança e Métodos de Ensaio do Fabricante” objetivando unicamente garantir a segurança de seus usuários no uso do playground, que no caso, se tratam de crianças compreendendo idades de 04 à 06 anos; Entendemos ainda, ser temerário, ignorarmos normas que tratam da questão segurança em equipamentos de tal natureza (playground) confiando apenas em apresentação de catálogos, amostras ou simples conferência dos equipamentos recebidos, sendo prudente por parte desta Secretaria, se respaldar em documentos técnicos, emitidos por estabelecimentos analisadores credenciados. (...)”

1.4 É o relatório.



2.1 Passamos a análise jurídica a respeito da Impugnação apresentada pela empresa, conforme acima mencionado.

2.2 O artigo 75 da Lei 8.666/93 assevera o que segue:

"ART. 75. Salvo disposições em contrário constantes do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, teste e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado."

Segundo a Sociedade Brasileira de Administração Municipal, "As despesas com o controle de qualidade da obra, do serviço ou do produto são de responsabilidade do contratado, salvo se houver disposição diferente constando no edital, no convite ou em ato normativo, de acordo com a conveniência da Administração. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais dependem de equipamentos e pessoal na maioria das vezes ausentes na Administração e funcionalismo público. Por questão de operacionalidade, a demonstração de qualidade do objeto contratado deve ficar sob a responsabilidade de quem o executa ou fornece, pois este detém os instrumentos técnicos e o pessoal habilitado para as devidas demonstrações." (fls. 378 do Livro: Lei de Licitações Comentada segundo jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; São Paulo; Sociedade Brasileira de Administração Municipal; Edição 2011)

2.3 Importante mencionarmos jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a respeito do assunto. Senão vejamos:

"TC 000301/002/09 – Pode-se, previamente à realização do certame, promover a homologação de produtos, com vistas à padronização de características técnicas; valer-se de diligências necessárias, dentre as quais a análise de amostras, quer para fins de classificação de propostas ou para garantia da compatibilidade do produto entregue pelo vencedor do certame às especificações do edital 1; requisitar laudos expedidos por entidades competentes, cuja atividade é, justamente, analisar os produtos e atestar sua qualidade, de acordo com normas e padrões técnicos pertinentes."

2.4 O Nobre Desembargador e Jurista, Doutor Jessé Torres Pereira Junior, apresenta orientações sobre o artigo 75 da lei 8.666/1993, dissertando o que segue:



"(...) Conquanto não-geral, a norma carrega grande utilidade, não propriamente para esclarecer a Administração de que não necessita de licitar a contratação de ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, porque "tais serviços são de responsabilidade do contratado". Mesmo porque a Administração poderá preferir arcar com o ônus da produção desses testes e provas, se reputar relevante o acautelamento da isenção daquele que os realizará, desvinculando-o do soldo da empresa contratada. Ou ainda, contratar diretamente tais exames a profissionais de notória especialização, inexigível, por isto, a licitação.

Serve a norma, sobretudo, para instar a Administração a incluir no ato convocatório, como obrigação do futuro contratado, a realização dos testes, ensaios e provas que importarem à execução de objeto demandante de aferição técnica, posto que. Sem tal previsão, não poderá exigí-la do contratado e, à falta dessa aferição, a menos que a faça a própria Administração, poderá resultar comprometida e pertinência da execução e, pois, desatendido o interesse público" (fls. 766/767 do Livro: Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, Autor: Jessé Torres Pereira Junior, 7ª Edição, Editora Renovar, 2007)

2.5 O Nobre Jurista Marçal Justem Filho faz comentários ao artigo 75 da Lei 8.666/93, conforme abaixo exposto:

"1) Responsabilidade pelos custos do controle de qualidade

Os custos atinentes a controle de qualidade são de responsabilidade do particular. Mesmo quando caiba à Administração escolher os testes que serão realizados ou a instituição que os promoverá, o particular arcará com o custo respectivo. A regra justifica-se inclusive por circunstância prática. Se coubesse à Administração desembolsar tais valores, acabaria ocorrendo uma inviabilidade de sua efetivação. A administração dependeria da liberação orçamentária de verbas. A carência, temporária ou permanente, de recursos para tais exames poderia constituir obstáculo ao controle de qualidade.

A regra é supletiva. Poderá ser afastada pela Administração, se assim reputar mais adequado."(fls. 1276 do Livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Autor: Marçal Justen Filho; 17ª Edição; Editora Trivista dos Tribunais; 2016)

2.6 Segundo Jair Eduardo Santana, Tatiana Camarão e Anna Carla Duarte Chripim, "É possível exigir a apresentação de laudos de



produtos, desde que a exigência seja razoável e devidamente motivada." (fls. 72 do Livro: Termo de Referência, O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos; Autores: Jair Eduardo Santava, Tatiana Camarão e Anna Carla Duarte Chrispim; Editora: Fórum; 5ª Edição; Ano: 2016).

2.7 O nobre Doutrinador Carlos Pinto Coelho Motta, faz algumas considerações sobre o referido artigo 75, da Lei de Licitações, conforme colacionado abaixo:

"73 ARTS. 75 E 76 – ENSAIOS – TESTES – REJEIÇÃO

Exceto se o Edital, ato convocatório ou ato normativo dispuserem em contrário, os ensaios, testes e provas exigidos por normas técnicas oficiais, para a boa execução do objeto, correm por conta do contratado.

Essa afirmativa legal decorre do risco comercial, ao qual é inerente o teste de funcionamento ou produtividade do objeto.

Não pode a Administração abusar desta prerrogativa. Exigindo testes não previstos, desarrazoados ou sucessivos, que promovam a destruição das amostras. A boa regra é a adoção das normas técnicas ABNT, referidas na Lei, art. 6º, X.

Constitui no entanto poder-dever da Administração a recusa ou rejeição, total ou parcial, do objeto executado em desacordo com o contrato." (fls. 233 do Livro: Eficácia nas Licitações e Contratos, Comentários à Lei 8.666/93, Artigo por Artigo Alterada pela Lei 8.883/94; Autor: Carlos Pinto Coelho Motta; Editora: Del Rey; 2ª Edição, 1994)

2.8 Vejamos o teor do artigo 6º da Lei 8.666/1993, in verbis:

"Art. 6º – Para os desta Lei, considera-se:

(...)

X – Projeto Executivo – o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;"

O nobre Jurista Jessé Torres Pereira Junior, defende que "O



texto repete, em sua primeira oração, a definição do Dec.-lei nº 2.300/86. A novidade está em que vincula os elementos necessários à execução completa da obra (também do serviço, a teor do preceituado no art. 7º) às especificações das normas expedidas pela ABNT. Excelente a inserção. Numerosos são os impasses que se verificam na interpretação de condições inscritas nos editais de licitação, no referente à execução de obra ou serviço, devidos à falta de especificações técnicas adequadas. A ABNT mantém acervo que reúne perto de dez mil normas concernentes a materiais, equipamentos e produtos utilizados nos mais variados setores de atividades. (...)” (fls. 121/122 do Livro: Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, Autor: Jessé Torres Pereira Junior, 7ª Edição, Editora Renovar, 2007)

2.9 Segundo o doutrinador Marçal Justen Filho, o projeto executivo deve observar as regras técnicas da ABNT, conforme abaixo transcrito:

“7.2) O projeto executivo e a observância das regras técnicas da ABNT

O inc. X do art. 6.º juridicizou as regras técnicas, cuja observância é obrigatória na elaboração do projeto executivo. Portanto, ofender as regras técnicas configura violação à lei.

O dispositivo em questão aludiu especificamente às regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a qual é uma entidade privada voltada a padronizar procedimento para a execução de obras e serviços de acordo com o conhecimento técnico-científico prevalente. Essa determinação deve ser interpretada nos seus devidos termos.

Em primeiro lugar, a ausência de consagração de uma certa solução por parte da ABNT não significa admitir a infração ao conhecimento técnico-científico especializado. Se o conhecimento técnico-científico reconhecer que determinadas cautelas ou providências devem ser seguidas, impor-se-á a sua observância, mesmo que não exista regra adotada pela ABNT.

Depois, existem certas regras da ABNT que não precisam ser necessariamente observadas.

Esses temas foram apreciados com perfeição na jurisprudência do TCU.

Jurisprudência do TCU



- “1. A exigência de que as obras e serviços contratados pelo serviço público seja executado com a observância dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, não implica dizer que devam ser excluídas da aferição desses requisitos outras normas técnicas não elaboradas pela ABNT.
- 2. A supremacia das normas nacionais decorrentes da força cogente das leis não se aplica às normas técnicas de caráter procedimental ou de certificação de capacitação e qualificação” (Acórdão 144/2007, Plenário, rel. Min. Valmir Campelo).
- “1. A obrigatoriedade de observância das normas técnicas da ABNT, consoante o disposto no art. 6º, X, da Lei 8.566/1993, não se aplica aos casos de normas de caráter certificativo, mas, tão somente, àquelas de caráter procedimental, cujo objetivo seja o de estabelecer as etapas a serem seguidas na execução de obras e serviços de engenharia” (Acórdão 2.392/2006, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler). fls. 240/241 do Livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Autor: Marçal Justen Filho; 17ª Edição; Editora Revista dos Tribunais; 2016)

2.10 Insta Salientar que há um Projeto de Lei nº 159/2015, que “Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.” (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123607>)

2.11 Sendo que esse Projeto de Lei, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, e o mesmo prevê “a aplicação obrigatória de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para garantir a segurança de brinquedos em parques infantis”. (<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/495624-CAMARA-APROVA-APLICACAO-DE-NORMAS-DA-ABNT-PARA-BRINQUEDOS-DE-PARQUINHOS.html>). Se esta Prefeitura não adotar essas normas, a entrada em vigor desse projeto de lei arrisca o objeto a ser contratado com a sua obsolescência e eventual desperdício. Por outro lado, interromper a licitação para aguardar a sanção do projeto, prejudicará os alunos da educação infantil, no tocante à observância da BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, que envolve o “brincar” na proposta pedagógica, de acordo com as informações acessíveis no sítio virtual <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>>.



2.12 A propósito, a indispensabilidade de órgãos públicos administradores de parques infantis instalados em unidades escolares assegurarem a segurança dos seus usuários foi reforçada pelo acidente ocorrido na cidade de São José do Rio Preto, também interior deste estado, no ano de 2016. A notícia desse fato foi amplamente divulgada na região pela TV TEM, afiliada da Rede Globo, conforme matéria acessível no sítio virtual <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2016/02/criancas-ficam-feridas-apos-acidente-em-parque-de-escolas-em-rio-preto.html>>, cuja justa repercussão não pode ser olvidada por qualquer administração, sensível ao trauma daquelas crianças. Para que isso não se repita, esta Prefeitura não tem outra opção senão, no mínimo, adotar as normas técnicas objeto de impugnação, já que elas se encontram vigentes.

2.13 Diante do exposto, com a devida vênia à impugnante, para que a Prefeitura garanta a segurança de brinquedos nos parques infantis, deve-se aplicar as Normas da ABNT, pois se tais normas não forem aplicadas, quando o Projeto de Lei supracitado for sancionado, a administração correrá o risco de ter que licitar novamente o mesmo objeto deste edital. O Dossiê Técnico da ABNT sobre Playgrounds está previsto no Link abaixo colacionado:

- <http://abnt.org.br/paginampe/biblioteca/files/upload/anexos/pdf/f1fa5c0c70bdb2d1291a5c707c64526a.pdf>

3.1 Assim emite-se parecer esclarecendo que a impugnação apresentada no presente Edital, deve ser aceita em parte, pois as normas da ABNT devem ser exigidas por questão de segurança.

3.2 O item 1.3 do Edital deverá ficar com o seguinte teor: "O licitante vencedor, até o momento da entrega, com fundamento no artigo 75 da Lei Federal nº 8666/93, deverá providenciar prova de que o objeto a ser entregue está de acordo com ABNT NBR 16071 CE PLG INNAC exigido no item nº 01 do anexo I."

3.3 E o anexo I, do descritivo do produto licitado, do Edital em comento, deverá ficar com o seguinte teor: "O produto deverá estar de acordo com a ABNT NBR 16071 CEPLG INNAC – Requisitos de Segurança e Métodos de Ensaio do Fabricante – 1.60.17.0083-8".

3.4 Por fim, ressalta-se, que o presente parecer jurídico é meramente opinativo e baseado nos termos da legislação vigente à




Prefeitura Municipal de Birigui
Estado de São Paulo
CNPJ nº 46.151.718/0001-80
Secretaria de Negócios Jurídicos
R. Santos Dumont, 194, CEP16200-095, Fone: (18) 3644-1992
juridico.licita@birigui.sp.gov.br


pág. 8/8

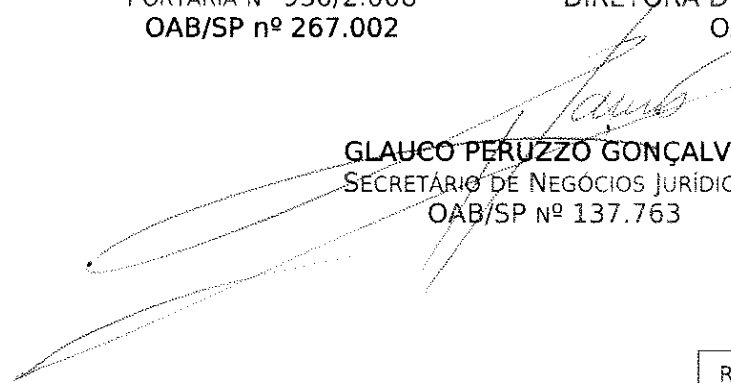
época de sua elaboração, não trazendo em seu bojo a vinculação do Administrador Público que tem o poder discricionário para decidir conforme o seu convencimento.

S.M.J, é o parecer.

Birigui, 03 de Maio de 2.018.


VINÍCIUS VENEZIANO DEMARQUI
PORTARIA Nº 930/2.008
OAB/SP nº 267.002


CAROLINE M. S. MESTRINER
DIRETORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
OAB/SP nº 326.470


GLAUCIO PERUZZO GONÇALVES
SECRETÁRIO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
OAB/SP nº 137.763

Recebido em 03/05/18

Por: Júlia